



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

SOCIEDADE, DESINFORMAÇÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: o estado da arte da pesquisa brasileira sobre desinformação

MAURICIO VITOR SOUZA OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

FERNANDA RODA DE SOUZA ARAÚJO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

MILKA ALVES CORREIA BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

SOCIEDADE, DESINFORMAÇÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: o estado da arte da pesquisa brasileira sobre desinformação

1. Introdução

A partir do processo de difusão e democratização das tecnologias da informação e comunicação (TIC), em meados da década de 1990, a sociedade se viu diante de uma grande mudança em termos de hábitos, preferências, relacionamentos e cultura (CASTELLS, 1999). As pessoas abraçaram os meios tecnológicos de forma intensa, não apenas para processos específicos – como trabalho e educação – mas para o cotidiano de uma forma geral e, em especial, para o consumo e disseminação de informações instantâneas. Hoje, por exemplo, com a relativa facilidade de acesso a TIC como computadores, tablets e smartphones, bem como com o surgimento das mídias sociais, publicar e divulgar opiniões na internet sobre assuntos diversos passou a ser algo possível para qualquer sujeito (RODRIGUES, 2016).

Nota-se que as novas tecnologias, por atuarem com a quebra da barreira do tempo e espaço, proporcionam aos seus usuários uma condição constante de acesso, fluxo e troca informações – o que, em tese, contribui significativamente para a construção e organização do conhecimento (PEREIRA, 2009). Há uma explosão de informações que deveriam levar os usuários dessas tecnologias ao desenvolvimento de uma consciência crítica quanto ao conteúdo que está sendo consumido (CAMPOS; ZORZAL; GERLIN, 2017). Na prática, contudo, o que se observa é um atropelamento de informações ocasionado por uma comunicação contínua, rápida e que não dá ao sujeito a oportunidade de analisar a relevância do que lhe foi apresentado (SOUSA JUNIOR et al., 2020).

Essa problemática compromete a narrativa de que a sociedade vem acompanhando, adaptando-se e aprendendo a conviver com as ferramentas tecnológicas. Para Orłowski (2020), as novas tecnologias avançam de forma exponencial: em 60 anos a capacidade de processamento dos computadores, por exemplo, foi multiplicada em um trilhão de vezes. Além de nenhuma outra coisa existente ter ao menos se aproximado dessa proporção, também é provável que, nesse curto espaço de tempo, o cérebro humano sequer tenha evoluído.

Para ilustrar essa ideia no atual contexto da sociedade, pode-se mencionar a disseminação de notícias falsas – ou *fake news* –, fenômeno que ocorre quando, na busca por informações, os indivíduos acabam confiando em todo ou qualquer tipo de notícia e, não obstante, replicando-as (SOUSA JUNIOR et al., 2020). Assim, o ambiente – principalmente o virtual – vem se tornando cada vez mais um ambiente de desinformação e trazendo, como consequência, efeitos corrosivos para toda a sociedade. Já em 2015 Oliveira et al. alertavam para o fato de que “o período contemporâneo está imerso na tecnologia, contudo distante de responsabilidade nos atos intencionais” (p. 115).

Em um país como o Brasil, onde aproximadamente metade da população utiliza o WhatsApp como fonte de notícias (INSTITUTO UNIBANCO, 2018), fatores que vão além da questão informacional podem intensificar ainda mais esses efeitos. Um deles é a desigualdade, afinal, o desenvolvimento tecnológico e a democratização das TIC acontecem de forma desigual – aceleradamente ou lentamente – nas diferentes regiões geográficas (CAMPOS; ZORZAL; GERLIN, 2017), fazendo com que os locais menos favorecidos sejam “ignorados” pela globalização. Para Kohn e Moraes (2007, p. 8), “não se pode implantar na população algo que ela não pode suplantar ou extrair benefício”.

Esse cenário de infodemia traz consigo uma legião de indivíduos zumbificados, que não apenas são manipulados pela desinformação, como também agem em favor dela: ameaçam os sistemas democráticos (GILS; MULLER; PRUFER, 2020), incentivam a polarização social e política (HELBING et al., 2017), posicionam-se contra os veículos tradicionais de comunicação

(DELMAZO; VALENTE, 2018) e negam a ciência (ANDERSEN; RAMUSKI; GODOY, 2019). O termo infodemia se refere basicamente ao excesso de informação produzida sobre um determinado assunto e que, em razão de um evento específico, pode multiplicar-se rapidamente. Essa situação gera, muitas vezes, informações conflitantes, desinformação e manipulação de informações com intenção duvidosa, dificultando, assim, a tomada de decisão (GARCIA; DUARTE, 2020; ZARACOSTAS, 2020).

Desta forma, surge a preocupação acerca das consequências da disseminação de desinformação, especialmente por se tratar de um fenômeno relativamente novo e que vem se espalhando rapidamente. Nesse sentido, considerando que estudos acadêmicos podem oferecer relevantes contribuições tanto para a teoria quanto para a prática de diversas áreas de conhecimento, uma vez que a informação (e a desinformação) tem esse caráter multi e interdisciplinar, bem como a necessidade de ampliação da discussão acadêmica sobre esta temática, o presente artigo teve como objetivo geral analisar o estado da arte da produção científica brasileira sobre a desinformação.

2. Fundamentação teórica

2.1 Sociedade e Informação

Em sua obra, Echeverria (2003) distingue a sociedade em três entornos – que seriam como fases pelas quais a sociedade passou e que compreendem longos períodos. O último entorno apresentado pelo autor, denominado de E3, tem como alicerce um grande conjunto de tecnologias (tais como telefone, rádio, televisão e multimídia) e modifica profundamente a vida social tanto na perspectiva pública quanto na privada. Em suma, “a sociedade passou a ser denominada não por aquilo que é ou pelos seus feitos, mas a partir dos instrumentos que utiliza para evoluir” (KOHN; MORAES, 2007, p. 1). A partir dessa ideia, é possível compreender o paradigma tecnológico da Sociedade da Informação.

Para Castells (1999), a base da Sociedade da Informação está em alguns aspectos específicos: primeiramente, a matéria-prima da sociedade é a informação (tecnologia para agir sobre a informação, não o contrário); os efeitos das novas tecnologias têm um alto poder de penetração na vida individual e coletiva dos indivíduos; a rede pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações; processos são reversíveis e organizações podem ser modificadas (flexibilidade, capacidade de reconfiguração e fluidez organizacional); e, por último, a tendência de convergência de tecnologias.

Características importantes da Sociedade da Informação são apontadas em diversos estudos: alteração das práticas culturais e democratização da informação (BAZZO; VON LINSINGEN; PEREIRA, 2003), a rapidez na transmissão de informações em tempo real (PEREIRA, 2009), a saturação de informações de naturezas distintas e a capacidade que os indivíduos têm de gerar e armazenar as próprias informações, bem como disseminá-las (CAMPOS; ZORZAL; GERLIN, 2017). Entretanto, Pereira (2009) explica que a constituição da sociedade informacional é resultado do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, apontando as trocas de informações entre os sujeitos como o grande atributo dessa sociedade.

Rodrigues (2016, p. 15) define as TIC como um conjunto de tecnologias que permitem “a produção, o acesso e a propagação de informações”, bem como a comunicação entre pessoas. Essas novas tecnologias da informação exercem influência sobre a sociedade em todos os sentidos: na educação, no trabalho, no meio ambiente, na saúde, nas relações interpessoais e em diversos outros aspectos (OLIVEIRA et al., 2015). Um exemplo prático desse impacto pôde ser observado durante a pandemia da COVID-19, quando a alternativa mais viável para a convivência com a nova realidade seria através da tecnologia. Assim, aulas presenciais foram substituídas pelo regime remoto, trabalho presencial foi substituído pelo home office e idas a restaurantes deram lugar aos pedidos por aplicativos de delivery.

É preciso compreender, no entanto, que apesar de ser vivenciada atualmente, a Sociedade da Informação não representa o ápice das transformações tecnológicas, mas apenas um caminho para a Sociedade do Conhecimento (DZIEKANIAK; ROVER, 2011).

Campos, Zorzal e Gerlin (2017) explicam que o conceito de Sociedade da Informação considera em especial o acesso às TIC, à internet, às páginas de informação, aos artigos científicos e aos veículos informativos – ou seja, aspectos com viés quantitativo, voltados para a posse e a presença dos meios tecnológicos. Já na Sociedade do Conhecimento, conforme os autores supracitados, os indivíduos são qualificados e capazes de debater, refletir e contribuir não apenas para a produção de informação, mas principalmente para a construção do conhecimento da rede a qual pertence. Nesse sentido, “o conhecimento vem a ser o valor agregado à informação, é o ‘o que se faz com ela’; o diferencial que culminará na tomada de decisões acertadas, no saber fazer” (DZIEKANIAK; ROVER, 2011, p. 2).

Em uma visão mais otimista, pode-se até considerar que a Sociedade da Informação caminha rapidamente em direção à utópica Sociedade do Conhecimento. Na prática, entretanto, observa-se um percurso repleto de desafios a serem vencidos.

O primeiro grande obstáculo é a disseminação do acesso às TIC. Essa extensão do acesso a um maior número de pessoas faz parte de um processo de democratização dos meios de comunicação (ESCOBAR, 2005) que vem ocorrendo nos últimos anos – em especial nas duas primeiras décadas do século XXI. No entanto, apesar de fatores como a queda dos preços de ferramentas tecnológicas – o que representou um grande avanço em relação ao acesso por parte da população com menor poder aquisitivo – e do avanço da Internet móvel, a desigualdade socioeconômica ainda é um fator a ser superado para que possa haver, de fato, o exercício do direito básico à comunicação na era digital (FADANELLI; PORTO, 2020).

Ainda mais importante que o acesso é a capacidade que o indivíduo tem de utilizar as TIC – o que, por si, configura um dos maiores obstáculos a serem superados. De acordo com Campos, Zorzal e Gerlin (2017), para que isso ocorra, deve haver a construção de competências cognitivas para que os indivíduos sejam capazes de filtrar as informações por ele absorvidas. Os autores explicam ainda que essas competências em informação – termo utilizado para denominar as competências digitais – requerem conhecimentos, habilidades e atitudes que desenvolvam no indivíduo a capacidade de buscar informações efetivas e saber utilizar as ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, é imprescindível não apenas que se promova o acesso ao letramento digital, mas que se pense o acesso às TIC e as competências digitais como aspectos indissociáveis.

Apesar desse conjunto de transformações implicar um grande desenvolvimento da humanidade, vale lembrar que é preciso desenvolver continuamente conhecimentos que possibilitem a compreensão, manejo e relação com as TIC (MARQUES, 2006), afinal, esse contexto tecnológico tem o poder de libertar os privilegiados e oprimir os desinformados (OLIVEIRA et al., 2015).

2.2 Fake news no ambiente de desinformação

As pessoas sempre demonstraram a necessidade de consumir conteúdo informativo – dentre tantas finalidades distintas, o jornal, o rádio e a TV se destacaram durante décadas por manter a sociedade informada sobre o mundo ao seu redor. Atualmente, no entanto, tais meios vêm dando espaço às redes sociais, que são responsáveis pelo crescente nível de troca de informações instantâneas entre os seus usuários (CARVALHO; MATEUS, 2018). Esse contexto de avanços tecnológicos cada vez mais rápidos abre precedentes para diversas preocupações, sendo a disseminação de *fake news* uma das mais atuais.

Mas o que são, afinal, *fake news*? Em tradução literal, o termo significa “notícias falsas” – uma definição que, apesar de simples, é bastante objetiva. Este tipo de notícia, no entanto, tende a possuir um conjunto de características que fornecem ao receptor um caráter de maior

confiabilidade: texto afirmativo (SOUSA JUNIOR et al., 2020), estrutura em formato jornalístico (MATOS, 2020), novidade, tom emocional e senso de urgência que incentivam o compartilhamento (INSTITUTO UNIBANCO, 2018). Dessa forma, é construída uma gigante rede de disseminação: pessoas “confiáveis” como amigos e familiares compartilham as *fake news* entre si, criando a ideia de que os remetentes das mensagens, por pertencerem ao círculo de convivência, são bem-intencionados e, por isso, as informações são fidedignas e não precisam ter a veracidade verificada.

A veiculação desse tipo de notícia, além de promover a banalização do conteúdo abordado – a partir da visualização repetida da “notícia” (MATOS, 2020) – também pode colaborar para que a sociedade deixe de confiar em informações divulgadas por fontes oficiais (SOUSA JUNIOR et al., 2020),

A criação e divulgação de informações tendenciosas ou falsas muitas vezes é associada às novas tecnologias de informação e comunicação. Esta prática, entretanto, não é exclusividade da era digital. Quando os estadunidenses chegaram à Lua, surgiram boatos – que persistem até os dias de hoje, inclusive – de que tudo não passaria de uma farsa (FRIAS FILHO, 2018). Mas anos antes, em meados do século XVI, quando a prensa móvel foi inventada, diversos boletins informativos já apresentavam certo teor sensacionalista (SERRA, 2018).

Nessa perspectiva, a novidade não está exatamente nas notícias falsas, mas no surgimento de um instrumento com alto poder de reprodução e disseminação dessas notícias (FRIAS FILHO, 2018), como as redes sociais e ferramentas semelhantes, que, ao passo em que contribuem para a rapidez em que a informação é gerada e espalhada, também dificultam a checagem da natureza do conteúdo compartilhado (CARVALHO; MATEUS, 2018).

Em seu documentário, Orłowski (2020) explica que apesar da infinidade de conteúdos de qualidade disponível na internet, mecanismos específicos, como os algoritmos, podem fazer com que os usuários não tenham acesso espontâneo a essas informações – em outras palavras, o indivíduo tem duas opções: confiar em toda e qualquer informação recebida pelas redes sociais, mantendo desta forma o status quo, ou buscar informações de múltiplas fontes por livre e espontânea vontade. Paralelo a isso, Balem (2017) defende a ideia de que o cenário de desigualdade social contribui para a disseminação de notícias falsas porque, enquanto apenas alguns indivíduos possuem a capacidade de avaliar e processar as informações recebidas, todos possuem a mesma capacidade de replicá-las.

Para Serra (2018), existem quatro grupos principais de disseminadores de *fake news*: os usuários de redes sociais, os jornalistas, os líderes de opinião e os robôs (*bots*, *bots* políticos e ciborgues). Apesar de todos estes possuírem grande destaque no atual cenário mundial, os robôs acabam chamando ainda mais atenção por evoluírem à medida em que a tecnologia avança. Assim, essa categoria acaba se aproximando cada vez mais das características humanas, dificultando a sua detecção por parte do usuário.

Na prática, estes robôs atuam de diversas maneiras distintas. Enquanto os *bots* e *bots* políticos agem por meio de algoritmos, reforçando o compartilhamento automático e em massa de conteúdo selecionado – como propagandas e notícias falsas, por exemplo –, os ciborgues agem de forma menos automatizada por serem *bots* híbridos, ou seja, existe uma intervenção humana que busca imitar os perfis reais (SERRA, 2018). Desta forma, ciborgues tendem a criar certa reputação nas redes sociais, trazendo maior credibilidade ao conteúdo por eles compartilhado. Um caso que chamou a atenção de diversos veículos de notícias aconteceu em abril de 2020, quando supostos apoiadores do então governo brasileiro colocaram entre os assuntos mais comentados do Twitter a *hashtag* “#FechadosComBolsoInaro” – com um L a mais –, sugerindo a utilização de robôs, uma vez que seria praticamente impossível que milhares de usuários replicassem uma mensagem com o mesmo erro de grafia (CUNTO, 2020).

Para Orłowski (2020), o mundo está diante de um novo modelo de negócio cujo lucro é proporcional à desinformação – alguém ganha mais dinheiro ao permitir que mensagens não

verificadas atinjam o maior número de pessoas pelo menor preço. Uma das formas mais comuns de se obter lucro por desinformação é a veiculação das *fake news* em sites especializados em notícias falsas, tendenciosas ou sensacionalistas, que possuem diversos anúncios pagos monetizados por quantidade de cliques em manchetes chamativas ou polêmicas (OLIVEIRA, 2018). Um caso notório aconteceu durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, quando um grupo de adolescentes de Veles, Macedônia, descobriu como ganhar dinheiro a partir de sistemas de remuneração por anúncios: veiculando notícias falsas em sites e atraindo uma enorme quantidade de cliques (SERRA, 2018). Uma das notícias em questão afirmava que o então Papa havia declarado apoio ao candidato republicano Donald Trump, sendo constantemente apontada como fator decisivo para o resultado da eleição.

Sousa Junior et al. (2020), entretanto, explicam que o impacto da disseminação de *fake news* não está restrito apenas ao âmbito político, podendo interferir nos mais diversos cenários sociais. Um exemplo concreto e atual disso é o desdobramento da pandemia do novo coronavírus, que além de toda problemática da saúde pública, ainda enfrenta um verdadeiro bombardeio de informações falsas o tempo inteiro. Neto et al. (2020, p. 3), inclusive, relacionam as *fake news* à pandemia de uma forma metafórica: “um vírus que contamina a comunicação e promove ações e comportamentos contrários às orientações das autoridades técnicas no campo da saúde”.

Apesar do constante avanço da disseminação de *fake news*, existem diversos métodos e estratégias para evitar que a sociedade seja influenciada ou enganada por tal prática. Deve-se desconfiar de notícias com erros de formatação ou grafia e sites ou perfis conhecidos por sensacionalismo (SERRA, 2018) e viabilizar conteúdo científico confiável à população (MATOS, 2020). Uma alternativa é estabelecer um diálogo com pessoas próximas, desmentindo boatos e indicando sites e outras fontes confiáveis (OLIVEIRA, 2018). E, claro, a checagem de fatos a partir de ferramentas de *fact checking*, que normalmente são constituídas por agências e sites dos principais meios de comunicação (SOUSA JUNIOR et al., 2020).

Entretanto, a maior aliada na luta contra a disseminação de *fake news* é a educação – o único meio para que os cidadãos desenvolvam determinadas competências para o domínio e a convivência com as novas tecnologias. Assim, a escola tem papel fundamental na formação de uma geração crítica e consciente, que use as novas tecnologias de forma responsável (INSTITUTO UNIBANCO, 2018), que tenha a capacidade de discernimento para escolher e absorver o conteúdo consumido (FRIAS FILHO, 2018), e que tenha percepção da possibilidade da alteração do conteúdo original da mensagem e da intencionalidade por trás da informação veiculada (SOUSA JÚNIOR et al., 2020). Nesse contexto, a universidade demonstra um papel fundamental não apenas por ser uma fonte de conhecimento, mas também por formar educadores e outros profissionais.

2.3 A universidade frente ao conhecimento científico

Quando se fala em universidade, é impossível não falar também em conhecimento, afinal, além da transmissão de conhecimento para os seus agentes internos e externos, a universidade tem como função – e dever – a sua produção.

O que é, então, o conhecimento? Existem muitas definições e significados para este termo – que está em constante reconstrução. Lima, Pinto e Laia (2002) explicam que conhecimento é a informação decodificada além do seu estado bruto, ou seja, interpretada pelo seu receptor. Para Pereira (2009), ao tempo em que o conhecimento é uma atividade, é também produto dessa atividade, sendo estabelecido um vínculo quase que indissociável com a sua produção.

Cabe explicar que não existe apenas um tipo de conhecimento. Marconi e Lakatos (2003), por exemplo, mencionam em sua obra o conhecimento tácito, o conhecimento filosófico, o conhecimento teológico, o conhecimento empírico e, finalmente, o conhecimento científico – que é aquele construído a partir de informações e fatos comprovados a partir de um método

científico. O conhecimento produzido pela universidade é, em linhas gerais, um conhecimento científico – ciência, em outras palavras.

Assim como o conhecimento, não se tem um consenso sobre o que é ciência. Demo (1995, p. 16) explica que “caracteristicamente não há nada mais controverso em ciência do que a sua definição, a menos que a consideremos produto de supermercado, que se compra pronto e se guarda na geladeira”. De acordo com teórico, para se compreender o que é fruto da ciência, é sempre mais fácil dizer o que não é: senso comum e ideologia.

A principal característica do senso comum é a presença de um conhecimento acrítico, e imediatista; superficial e despreparado diante de uma realidade que é mais complexa do que aparenta ser. Já a ideologia é intrinsecamente tendenciosa e, dentro de interesses determinados, não encara a realidade como ela é, mas como gostaria que fosse (DEMO, 1995).

Demo (1995, p. 19) explica que a ideologia chega inclusive a se disfarçar de ciência: “para deturpar a realidade de acordo com seus interesses, a ideologia usa de instrumentos científicos [...]. Pode chegar à mentira, quando não só deturpa, mas inverte os fatos, fazendo de versões, fatos”. Esse aspecto é deveras importante para a discussão aqui proposta, uma vez que a desinformação, também carregando consigo interesses determinados, pode se materializar de maneira semelhante.

A ciência busca conhecimentos de forma ordenada dentro de uma perspectiva social. Esses conhecimentos acabam por guiar as mudanças tecnológicas, influenciar o pensamento das pessoas e ajudar a solucionar problemas (MACKAVANAGH; MAHER, 1982).

O conhecimento científico pode ser caracterizado, ainda, por alguns critérios internos como coerência (argumentação estruturada e sem contradição), consistência (capacidade de resistir a argumentações contrárias), originalidade (produção inventiva, baseada na pesquisa criativa e não repetitiva) e objetivação (tentativa – nunca completa – de atingir a objetividade, de entender a realidade como ela é, não como se gostaria que fosse) (DEMO, 1995).

Observa-se que nas universidades brasileiras, o tripé universitário e o conhecimento científico formam um ciclo de retroalimentação: à medida em que o ensino, a pesquisa e a extensão contribuem para a produção de conhecimento científico, este conhecimento é disseminado entre esses três aspectos. Como exemplo, pode se mencionar o ciclo de elaboração de artigos científicos: normalmente, pesquisadores são orientados através do ensino e produzem através da pesquisa.

Entretanto, um grande desafio para a universidade, conforme mencionado anteriormente, é a quebra da barreira dos seus muros: o conhecimento científico, por ser produzido sob grande rigor, pode acabar não chegando à sociedade em geral – o que é um prejuízo imensurável, especialmente porque a desinformação não esbarra nessa dificuldade, encontrando um terreno fértil entre aqueles indivíduos mais leigos. Bueno (2010) explica que o fato do grande público não ser alfabetizado cientificamente pode comprometer o processo de compreensão das ciências e determinados temas relevantes. Por esse motivo, de acordo com o autor, a divulgação científica para o público não acadêmico, além de imprescindível, deve levar em consideração a criatividade, atratividade e acessibilidade – tanto na linguagem quanto no meio de divulgação.

3. Procedimentos metodológicos

O estudo proposto pode ser melhor enquadrado como uma investigação qualitativa-quantitativa de abordagem teórico-empírica, considerando o ambiente como fonte direta para coleta de dados (DEMO, 2000). Nesse tipo de abordagem, numerar ou medir unidades não é o único intuito. Para a garantia de resultados satisfatórios, busca-se não apenas quantificar, mas também descrever e analisar os elementos existentes na realidade estudada (PRODANOV; FREITAS, 2013). A natureza da pesquisa é exploratório-descritiva, uma vez que estudos dessa natureza possuem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e expor

características da população ou do fenômeno abordado (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os critérios adotados para seleção do corpus seguiram os procedimentos utilizados por Vieira (1998), Tonelli et al. (2003) e Sampaio e Perin (2006), conforme indicado abaixo no Quadro 1.

Quadro 1. Critérios de seleção do corpus.

Período de coleta e análise dos dados	Outubro a novembro de 2021
Corte temporal	Artigos publicados entre 2018 e 2021
Descritores utilizados	<i>Fake news</i> ; desinformação.
Bases de dados	- Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc); - Scientific Electronic Library Online (SciELO) - Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)

Fonte: os autores (2022)

Para compor o corpus, optou-se apenas por artigos publicados em periódicos, dado o rigor científico exigido por essa categoria de publicação. Além disso, o corte temporal de 2018 a 2021 foi escolhido porque a discussão sobre desinformação ainda acontece de maneira bastante tímida no contexto brasileiro: enquanto Estados Unidos e Reuni Unido discutiam a temática desde meados de 2015, o Brasil passou a ver a desinformação sob uma nova perspectiva apenas após o Processo Eleitoral de 2018.

Justifica-se a escolha do Redalyc e do SciELO por estes estarem entre os maiores indexadores de abrangência multidisciplinar, tanto no contexto nacional, quanto no internacional. Já o SPELL foi escolhido por ser um dos principais repositórios de obras acadêmicas na área das Ciências Sociais Aplicadas, em especial Administração, Contabilidade e Turismo, disponibilizando um acervo eletrônico abrangente. Como ambos possuem critérios de indexação específicos, foi possível encontrar artigos exclusivos de cada plataforma, ampliando, desta forma, o corpus.

Após a consulta às bases de dados, foram encontrados 1.448 artigos, sendo: 1.147 quando utilizado o descritor *fake news* no Redalyc, 247 quando utilizado o descritor desinformação no Redalyc, 29 quando utilizado o descritor *fake news* no SciELO, 24 quando utilizado o descritor desinformação no SciELO, 01 quando utilizado o descritor *fake news* no SPELL e 0 quando utilizado o descritor desinformação no SPELL. Após a filtragem dos artigos foram recuperados 53 no total.

Para padronizar a identificação dos artigos, optou-se por atribuir a cada um deles um código formado pelas três letras iniciais da plataforma na qual o estudo foi recuperado e o número referente à ordem de análise. Desta forma, a título de exemplo, o código atribuído ao terceiro artigo recuperado a partir da plataforma Redalyc foi RED_003.

Nesta fase do estudo utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011, p. 44) como técnica analítica principal, que consiste em um conjunto de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Os artigos foram analisados considerando autoria, palavras-chave, natureza metodológica, objetivos de pesquisa, perspectiva teórica, contexto no qual a discussão está inserida, instituição de ensino ao qual está vinculado e periódico no qual foi publicado.

A análise foi dividida em três momentos: pré-análise, quando houve a leitura flutuante dos artigos recuperados que formaram o corpus de pesquisa, com o intuito de conhecer melhor os textos; exploração do material, quando o corpus foi analisado e os artigos foram detalhados conforme objetivos, natureza metodológica e perspectiva teórica; e tratamento de resultados, quando foram definidos a posteriori os contextos aos quais as discussões eram direcionadas –

de forma semelhante às categorias temáticas utilizadas constantemente em estudos de análise de conteúdo – além da análise mais densa e detalhada do corpus.

Os artigos foram analisados individualmente e, logo em seguida, o corpus foi analisado considerando o conjunto dos resultados. Os dados obtidos pela análise individual alimentaram um quadro conceitual que serviu de base para a análise em conjunto. Para essa segunda etapa da análise, buscou-se observar padrões de repetição, seja entre temáticas, autores ou palavras-chave, bem como procedimentos metodológicos adotados e instituições de ensino vinculadas aos trabalhos.

Ao longo da análise, a partir dos objetivos e das perspectivas teóricas de cada artigo, foi possível observar que as temáticas das discussões propostas pelos artigos poderiam ser direcionadas para um total de quatro contextos distintos – que coincidem com a literatura pertinente (PRODANOV; FREITAS, 2013) – sendo estes: Sociedade da (des)informação, ambiente político, saúde (na pandemia) e saúde (além da pandemia). A nomenclatura utilizada para descrever o contexto dos estudos foi definida a posteriori, mediante análise de dados – se um artigo aborda processo eleitoral e outro aborda teoria da democracia, por exemplo, ambos foram classificados como “Ambiente político”.

4. Resultados e discussão

Ao analisar os artigos recuperados para este estudo, tem-se que a discussão sobre desinformação, de uma forma geral, é bastante recente. Mesmo com o corte temporal estabelecido de 2018 a 2021, no ato da pesquisa foram identificados pouquíssimos estudos publicados anteriormente com abordagem direta à desinformação. Além disso, conforme pontuam Baum, Lazer e Mele (2017), a universidade costuma encontrar entraves que impedem ou dificultam a realização de pesquisas na área informacional, especialmente quando se trata da desinformação em ambientes virtuais, por conta de restrições de dados e até mesmo de plataformas, dificultando ainda mais a elaboração de novos estudos acerca da temática.

De acordo com o Gráfico 1, é possível identificar que nos últimos quatro anos apenas 53 artigos sobre desinformação foram publicados em periódicos. No ano de 2018, apenas um artigo foi publicado, sendo registrado um aumento em 2019 (cinco artigos). Supõe-se, neste caso, que o Processo Eleitoral de 2018 teve impacto direto sobre esta produção acadêmica: foi durante a eleição presidencial que o termo *fake news* foi popularizado e a desinformação começou a despertar a curiosidade de diversos estudiosos brasileiros.

No ano de 2020, foram identificados ao todo 26 artigos – um aumento de mais de 400% em relação ao ano anterior –, enquanto em 2021, até o período de coleta de dados, foram publicados 21 artigos. Esse aumento está relacionado à pandemia da COVID-19 que, dentre tantos desdobramentos, foi responsável por acender o debate sobre desinformação e disseminação de *fake news* (NETO et al., 2020).

Um dado interessante é que, de todos os artigos analisados, apenas seis foram publicados por instituições privadas de ensino, corroborando com a informação de que as instituições públicas de ensino são responsáveis por quase toda produção científica do Brasil (MOURA, 2019). Isso demonstra a importância do incentivo à universidade pública para a realização de estudos. Sem incentivo – financeiro e institucional – as pesquisas podem se tornar cada vez mais escassas.

Gráfico 1. Distribuição das publicações x corte temporal



Fonte: dados da pesquisa.

Ao longo da leitura dos estudos selecionados, foi possível perceber que muitas propostas caminhavam em direções diferentes – o que corrobora, inclusive, com o pensamento de Sousa Junior et al. (2020): segundo os autores, a desinformação não está restrita a apenas um ou dois contextos, mas diversos. Nesse sentido, um dos critérios de análise do corpus foi o contexto no qual as discussões propostas pelos artigos estão inseridas. Foi possível identificar, ao todo, quatro contextos diferentes, os quais serão detalhados a seguir:

Contexto 1 – Sociedade da (des)informação: Foi possível observar que os estudos que seguem essa linha de discussão costumam abordar o excesso de informações disponíveis de forma indiscriminada como causa do fenômeno “pós-verdade”. Alguns dos artigos mencionam, ainda que superficialmente, o desenvolvimento de competências digitais e do pensamento crítico como formas de minimizar os efeitos da desinformação sobre a sociedade.

Contexto 2 – Ambiente político: Os artigos de cunho político abordam, no geral, o receio sobre os riscos que a desinformação apresenta à democracia e aos processos democráticos. Conforme mencionado anteriormente, essa temática passou a ser discutida especialmente após as eleições de 2018 – alguns estudos recuperados abordam essa problemática, inclusive.

Contexto 3 – Saúde (na pandemia): Aqui a abordagem tende a se relacionar com as mudanças impostas pela pandemia do novo coronavírus, tais como distanciamento social, uso de máscara e outras medidas de segurança. Os estudos apontam, de maneira geral, para a desinformação que circula especialmente em meios digitais (mídias sociais e aplicativos de mensagens) sobre medicações e vacinas. Alguns artigos envolvem política – o que é justificável, afinal, saúde e política são temas indissociáveis.

Contexto 4 – Saúde (além da pandemia): Abordagem semelhante à do Contexto 3, porém mais abrangente. Alguns estudos interagem com o movimento antivacina, o que mostra que a desinformação sobre vacinas é um problema mais antigo que a pandemia, mas que foi ampliado após o ano de 2020.

Apesar da nomenclatura ter sido atribuída a posteriori, os quatro contextos identificados nos artigos analisados condizem com o embasamento teórico deste trabalho, demonstrando um alinhamento dos temas estudados com a realidade (CASTELLS, 1999; CAMPOS; ZORZAL; GERLIN, 2017; HELBING et al., 2017; FERRARI, 2018; GILS; MULLER; PRUFER, 2020; HELVOORT; HERMANS, 2020; SOUSA JUNIOR et al., 2020).

Abaixo, a Figura 1 ilustra a distribuição dos artigos recuperados conforme os quatro contextos percebidos ao longo da análise do corpus.

o que evidencia a inexistência de grupos de pesquisa e estudo voltados para a temática aqui discutida – ou, caso existam, não estão produzindo conteúdo científico de relevância.

Apesar da análise mostrar muitas publicações isoladas e que, a priori, não permitem grandes avanços no campo de conhecimento sobre a desinformação, é válido ressaltar que, por esta ser uma temática em ascensão, existe a possibilidade, ainda que remota, de que grupos de pesquisadores estejam produzindo e planejando publicações para os próximos meses/anos. Essa suposição é feita com base no tempo demandado pelo processo de elaboração e publicação de um artigo: a pesquisa, a escrita, a avaliação por parte dos periódicos – que pode chegar a durar meses – dentre outras etapas.

Outro aspecto que chama a atenção é o sistema de parceria: apesar da quantidade expressiva de artigos elaborados individualmente, a grande maioria dos artigos foi produzida em conjunto, com trabalhos chegando a creditar até oito autores. Isso mostra que, apesar dos dados evidenciarem a inexistência de grupos de pesquisa em atividade – conforme pontuado anteriormente –, muitos autores demonstram preferência pela publicação em parceria, talvez pela suposta facilidade em se elaborar um artigo em conjunto, ou até mesmo pela importância da presença de um orientador – o que automaticamente resultaria em um estudo com, no mínimo, dois autores. A Tabela 1 apresenta essa relação.

Tabela 1. Quantidade de autores por artigo

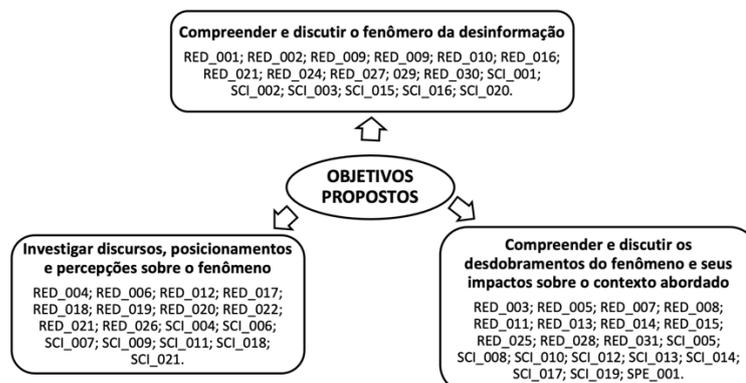
QUANTIDADE DE AUTORES	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
QUANTIDADE DE ARTIGOS	15	19	8	4	2	4	0	1	53

Fonte: os autores (2022)

Com o intuito de melhor compreender os caminhos que levaram às discussões propostas pelos artigos recuperados, optou-se por fazer um levantamento da natureza metodológica de todos os estudos. O que se percebe é que, por se tratar de uma temática ainda em ascensão, muitos pesquisadores optam por criar discussões a fim de identificar problemas que justifiquem a elaboração de estudos teórico-empíricos. O fato de a temática estar diretamente ligada aos meios de comunicação digital também influencia nos termos metodológicos: notou-se uma série de artigos de cunho observacional, nos quais os autores analisavam o comportamento dos indivíduos em rede ou o teor de conteúdos informativos disseminados na internet.

É importante ressaltar que a questão metodológica esbarra nos objetivos da pesquisa, afinal, é a partir do objetivo que os procedimentos são estabelecidos e adotados. Nesse sentido, foi elaborado um mapa conceitual com base nos principais objetivos propostos em cada artigo, conforme disposto na Figura 3.

Figura 3. Mapa conceitual com os principais objetivos de cada artigo recuperado



Fonte: os autores (2022)

Analisando de uma forma geral, o que se percebeu foi um forte interesse, por parte dos pesquisadores, em compreender e discutir não apenas o fenômeno em si, mas também os seus desdobramentos e impactos dentro do contexto no qual estão inseridos. Entende-se que esse anseio, mais uma vez, está relacionado ao fato de as discussões serem extremamente recentes no cenário brasileiro.

Outros estudos vão além: analisam discursos e posicionamentos de pessoas sobre determinadas temáticas. Esse tipo de análise é de fundamental importância tanto para a compreensão da problemática quanto para o planejamento de estratégias de intervenção que busquem mitigar – ou ao menos minimizar – os resultados da disseminação de desinformação.

A respeito das perspectivas teóricas, infere-se que, de modo geral, os artigos analisados possuem como base discursiva os estudos na área da ciência da comunicação: infodemia, comunicação por meios digitais, desinformação e disseminação de *fake news*, *big data* e desenvolvimento de competências digitais são os principais direcionamentos dos referenciais teóricos.

É válido ressaltar que, apesar disso, os artigos podem apresentar contextualizações distintas – conforme abordado anteriormente – e isso se deve ao caráter interdisciplinar da discussão sobre desinformação. Esse é um aspecto de grande importância, visto que o processo de desinformação requer um combate permanente em várias frentes, sob olhar e ações multi, inter e transdisciplinares (FERRARI; BOARINI, 2020).

Cabe, ainda, chamar a atenção para a ausência de estudos sobre os algoritmos e o seu poder diante do ambiente de desinformação. Os algoritmos são responsáveis por abalar a base da inteligência coletiva, influenciando decisões dos indivíduos (HELBING et al., 2017) e implantando hábitos inconscientes para modificar o seu comportamento (ORLOWSKI, 2020). Nesse sentido, é mais que urgente o estudo dessa ferramenta que vem sendo adotada amplamente e indiscriminadamente na internet – abrangendo aplicativos e mídias sociais, sites de busca e literalmente qualquer site que possa exibir anúncios.

5 Considerações finais

O estudo bibliométrico realizado permitiu observar que a produção de conhecimento científico sobre a desinformação, além de caminhar a passos curtos, está concentrada no sul e sudeste do Brasil. Enquanto diversos estudos vinculados a universidades tradicionais dessas regiões foram publicados, universidades das regiões norte e nordeste contam com poucas publicações – ao menos nos indexadores mais relevantes. Nesse sentido, tem-se que as discussões abordadas pelos estudos muitas vezes sequer podem ser aplicadas ao contexto dessas regiões, considerando as suas dinâmicas e especificidades únicas.

As obras publicadas mostram que a desinformação vem sendo discutida sob a ótica de quatro linhas principais: sociedade da (des)informação, com estudos que abordam o fenômeno em si e o excesso de informações disponíveis de forma indiscriminada; ambiente político, com estudos que abordam o receio sobre os riscos que a desinformação apresenta à democracia e aos processos democráticos e os impactos sobre questões políticas; saúde (na pandemia), com estudos relacionados às mudanças impostas pela pandemia do novo coronavírus e à desinformação disseminada sobre a pandemia; e saúde (além da pandemia), com estudos mais abrangentes no campo da saúde, tais como movimentos anticência e antivacina. Existem também outras linhas de discussão voltadas, por exemplo, para a questão de gênero e da educação aplicada a disciplinas específicas.

Diante do exposto, observa-se que a desinformação não só pode, como deve ser discutida de forma multi, trans e interdisciplinar, e universidade possui uma estrutura que permite essa abordagem em múltiplas direções – possibilitando uma articulação de saberes e evitando uma possível miopia. Em uma situação hipotética, enquanto um grupo desenvolve um estudo sobre interfaces intuitivas e algoritmos que evitem a disseminação de notícias falsas, outro grupo de

uma área de conhecimento distinta pode desenvolver um estudo sobre intervenções cognitivas que minimizem os efeitos das *fake news*. Simultaneamente, um terceiro grupo pode investigar os efeitos da desinformação no contexto da saúde, por exemplo. A partir disso, uma grande rede de conhecimento científico pode ser criada dentro da universidade.

No geral, nota-se que a discussão sobre o ambiente de desinformação e seus aspectos, ao menos no contexto brasileiro, ascendeu por volta de 2018, época em que o Processo Eleitoral popularizou termos como *fake news*, mas foi intensificada de fato a partir de 2020, quando a pandemia da COVID-19 evidenciou o real ambiente de desinformação no qual o país está inserido. Com a pandemia se atenuando, é natural que tanto os estudos quanto as iniciativas das universidades também tenham a periodicidade reduzida. É de suma importância, no entanto, que isso não aconteça: tanto a discussão quanto o combate à desinformação devem ser contínuos.

Frente a este quadro, sugere-se que seja estabelecida uma agenda de pesquisas futuras utilizando a desinformação e seus diversos aspectos como temática central. Algumas questões merecem resposta, tais como: Como os recursos de big data e algoritmos podem auxiliar no combate à desinformação? Quais regiões do Brasil estão mais vulneráveis à desinformação? Como alunos de pós-graduação lidam com o ambiente de desinformação?

Por fim, importa dizer que a desinformação não deve ser tratada apenas como algo pontual e passageiro, mas como um aspecto devastador da sociedade da informação que precisa ser combatido. Atualmente, os seus efeitos são conhecidos apenas no curto prazo – especialmente por se tratar de um fenômeno relativamente novo. Os efeitos no médio e longo prazo da desinformação sobre sociedade não são conhecidos, mas já é possível ter uma ideia, considerando o impacto causado no curto prazo. Portanto, é necessário que a universidade participe ativamente do combate ao ambiente de desinformação, sobretudo incentivando a produção e divulgação científica, afinal, esta é a principal forma de se compreender e combater um fenômeno tão complexo.

Referências

- ANDERSEN, Angélica Jeanice M.; RAMUSKI, Ana Claudia Fagundes C. C.; GODOY, Elena. O ambiente de desinformação global. In: CUNHA, A. F.; DOMINGOS, C. (Org.). **Coletânea da I Jornada Internacional de Pragmática**. 1. ed. Curitiba: Lupa Edições, 2019.
- BALEM, Isadora Forgiarini. O impacto das fake news e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 4., 2017, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-12.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUM, Matthew; LAZER, David; MELE, Nicco. **Combating Fake news: An Agenda for Research and Action**. 2017. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/combating-fake-news-agenda-research-and-action>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BAZZO, W. A.; VON LINSINGEN, I.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Madrid: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2003. 168 p. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/ciencia-tecnologia-e-sociedade-especializacao-em-educacao/livro-introducao-aos-estudos-cts/view>. Acesso em: 29 set. 2020.
- BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação e Informação**, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1>. Acesso em 15 nov. 2021.
- CAMPOS, Ana Claudia Borges; ZORZAL, Luzia; GERLIN, Meri Nadia Marques. Na sociedade da informação uma metamorfose de conceitos: conhecimento e habilidades

requeridas ao profissional da informação. In: Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 8., 2017, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SIMEDUC, 2017. 1-13 p.

CARVALHO, Mariana Freitas Caniello de; MATEUS, Cristielle Andrade. Fake news e desinformação no meio digital: análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação. In: Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-oeste e Sul, 5., 2018, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EREBD, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. ISBN 8521903294.

CUNTO, Raphael di. **Erro de grafia em publicação pró-Bolsonaro provoca acusações de uso de robôs**, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/erro-de-grafia-em-publicacao-pro-bolsonaro-levanta-acusacoes-de-uso-de-robos.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 1, 2018. 155-169 p. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11. Acesso em: 14 dez. 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DZKANIAK, Gisele; ROVER, Aires. Sociedade do conhecimento: características, demandas e requisitos. DataGramaZero – **Revista de Informação**, v. 12, n. 15, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2012v7n1.14246>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ECHEVERRIA, Javier. **Introducción a la metodología de la ciencia: la filosofía de la ciencia en el siglo XX**. Madrid: Editorial Cátedra, 2003.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. A internet e a democratização da informação: proposta para um estudo de caso. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa. 5., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005.

FADANELLI, Eberson Luiz; PORTO, Ana Paula Teixeira. Cibercultura, tecnologias e exclusão digital. **Revista Literatura em Debate**, v. 14, n. 26, 2020. 33-44 p. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/2407>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC/Editora Armazém da Cultura, 2018. ISBN 9788528306057.

FERRARI, Pollyana; BOARINI, Margareth. A desinformação é o parasita do século XXI. **Organicom**, v. 17, n. 34, 2020. 37-47 p. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.170549>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FRIAS FILHO, Otavio. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, n. 116, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p39-44>. Acesso em: 13 set. 2021.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 8522431698.

GILS, Freek van.; MULLER, Wieland; PRUFER, Jens. **Big data and democracy**. TILEC Discussion Paper, n. 3, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3556512. Acesso em: 14 dez. 2020.

HELBING, Dirk. et al. Will democracy survive big data and artificial intelligence?. In: HELBING, Dirk. **Towards digital enlightenment**. Suíça: Springer, 2017.

HELVOORT, J. V.; HERMANS, M. Effectiveness Of Educational Approaches To Elementary School Pupils (11 Or 12 Years Old) To Combat Fake news. **Media Literacy and Academic**

Research, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.mlar.sk/wp-content/uploads/2020/12/3_Helvoort_Hermans.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Aprendizagem em foco**, n. 42, 2018. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/42/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

KOHN, Karen.; MORAES, Claudia Herte de. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da sociedade da informação e da sociedade digital. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: INTERCOM, 2007.

LIMA, Gercina Ângela Borém de O.; PINTO, Liliam Pacheco; LAIA, Marconi Martins de. Tecnologia da informação: impactos na sociedade. **Informação e Informação**, v. 7, n. 2, 2002. 75-94 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 8522433976.

MARQUES, Gabriela de Oliveira. **Tecnologia e internet no ensino de língua estrangeira: avaliação discursiva de professores e alunos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

MATOS, Rafael Christian de. Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1595>. Acesso em 25 nov. 2020.

MCKAVANAGH, C.; MAHER, M. Challenges to science education and the STS response. **The Australian Science Teachers Journal**, v. 28, n. 2, 1982.

MOURA, Mariluce. **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2019. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/5465-universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil>. Acesso em: 09 jan. 2022.

NETO, Mercedes. et al. Fake news no cenário da pandemia de COVID-19. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72627>. Acesso em: 25 nov. 2020.

OLIVEIRA, Malize Lourdes. et al. O reflexo das tecnologias na construção e desconstrução da sociedade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2236117015559>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OLIVEIRA, Sara Mendonça Poubel de. Disseminação da informação na era das fake news. In: Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-oeste e Sul, 5., 2018, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EREBD, 2018.

PEREIRA, Rodrigo. Sociedade da informação e construção do conhecimento: uma relação constituída em face das novas tecnologias de informação e comunicação e a ciência da informação. **Conexão Ciência**, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.24862/cco.v4i1.74>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. ISBN 9788577171583.

RODRIGUES, R. B. **Novas tecnologias da informação e da comunicação**. Recife: IFPE, 2016. ISBN 9788594500083.

SAMPAIO, Cláudio Hoffmann; PERIN, Marcelo Gattermann. Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000200010>. Acesso em 12 nov. 2021.

SERRA, Alynne Moreira. **Fake news: uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências**. 2018. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SOUSA JUNIOR, João Henriques. et al. Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cp.v13i2%20COVID-19.35978>. Acesso em: 08 set. 2020.

THE SOCIAL dilemma. Direção: Jeff Orlowski. Roteiro: Davis Coombe, Vickie Curtis e Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 Streaming (94 min).

TONELLI, Maria José. et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902003000100011>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VIEIRA, Francisco Giovanni David. Por quem os sinos dobram? Uma análise da publicação científica na área de marketing do Enanpad. In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1998. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1998.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n.10225, 2020.